

Siv-Solo retira 70 famílias que invadiam a Fazenda Sálvia

24 MAI 2005

JORNAL DE BRASÍLIA

Ocupantes foram transferidos para a Píripau, após derrubada de 35 barracas

CEDOC/MINERVINO JUNIOR/21.05.2005

LUÍSA MEDEIROS

O Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo) retirou, ontem à tarde, 70 famílias do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que montaram acampamento, desde sábado passado, às margens da rodovia BR-020, em frente a Fazenda Sálvia, a 1,5 quilômetro de Sobradinho. Trinta e cinco barracos foram derrubados e os militantes encaminhados para o acampamento do Píripau, em Planaltina, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MDT tinha por objetivo pressionar o governo federal, dono da fazenda, a criar um assentamento urbano no local. Eles não reagiram à retirada, mas garantiram que a ação não foi pacífica. "O Siv-Solo chegou derrubando as barracas e não nos deu transporte para ir ao outro acampamento", reclamou Camila Marques, uma das militantes.

O subdiretor do Siv-Solo, coronel Sérgio Puhle, informou que a ação demorou apenas uma hora. Segundo ele, a maior prova da tranquilidade da operação. Puhle contou que os mesmos militantes do MDT invadiram uma área no Lago Norte, há dez dias. E que os participantes do movimento é que não quiseram utilizar os caminhos para fazer a transferência.



Invasores querem um assentamento urbano no local. Governo vai fazer um raio x da fazenda

A Gerência de Patrimônio da União (GRPU) vai fazer um raio x, a partir do mês que vem, para identificar a situação fundiária da Fazenda Sálvia. A área rural de uso controlado, com 10,8 mil hectares, é alvo de ameaças de invasões e parcelamentos irregulares. O diagnóstico será levado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que fará um plano de ocupação da área. A idéia é assentar cooperativas de agricultores no local.

O raio-x dará uma nova dimensão da área, com informações sobre o tipo de ocupação e exploração existente, áreas focos de especulação imobiliária etc. Com o documento, segundo Carlos Otávio Guedes, gerente regional da GRPU, será possível passar algumas glebas para o Incra fazer reforma agrária.

FILA - As glebas 81 e 84 poderão receber agricultores cadastrados no instituto. A área foi alvo de ação de reintegra-

ção de posse impetrada pela Advocacia-Geral da União (AGU), no começo do ano, contra um concessionário que fracionou os imóveis. Segundo Guedes, não é permitido fazer parcelamento sem a anuência da GRPU e sem atender à lei. "Aguardamos o julgamento do mérito do processo para passar as áreas ao Incra, que irá decidir a forma de ocupação", diz o gerente. Segundo ele, há 400 agricultores acampados na região há quatro meses, na fila.